

QUESTÕES DE SEXUALIDADE E GÊNERO NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO: Legitimidade, Modalidade e Temas

Rafaela Cordeiro Gama¹
Zélia Ferreira Caçador Anastácio²
Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda³

RESUMO

Neste trabalho apresentam-se os resultados preliminares de uma investigação de doutoramento sobre questões de sexualidade e gênero (SG) em meio escolar. A investigação tem como objetivo conhecer como os professores e professoras brasileiros e portugueses, que atuam com crianças de seis até dez anos, compreendem o trabalho com questões de gênero e sexualidade no meio escolar e se eles e elas se reconhecem como profissionais legitimados a tratar dessas temáticas com as crianças. Seguindo uma metodologia de investigação-ação, na fase de diagnóstico aplicou-se um questionário a professores de Primeiro Ciclo do Ensino Básico (CEB) em Portugal. O questionário, previamente validado, foi aplicado *on-line*. Os dados obtidos foram analisados com o programa SPSS. A amostra ficou constituída por 119 professores, sendo 111 mulheres e 8 homens, com média de idades de 48,76 anos e de tempo de serviço de 23,85 anos. A maioria era casada, licenciada e nunca fez formação contínua/específica em SG. Nos resultados apresentam-se as frequências para as variáveis legitimidade/preparação, modalidade, efeitos e temas de Educação para a Sexualidade (ES). A maioria dos participantes considera ter legitimidade e preparação para abordar questões de SG, concorda que a ES deve ser transversal e contribui para a redução de estereótipos, violência e desigualdades sociais. Os temas com que mais concordam são os relacionados com o corpo (desenvolvimento, diferenças, higiene/segurança e respeito) e valorização e respeito pela diversidade. Conclui-se que, apesar de não terem formação específica em ES, a maioria dos professores de 1º CEB portugueses sente-se preparada e com legitimidade para abordar ES e questões de SG na escola.

Palavras-chave: Sexualidade; gênero; 1º Ciclo do Ensino Básico; professores.

SEXUALITY AND GENDER ISSUES IN THE 1ST CYCLE OF BASIC EDUCATION: LEGITIMACY, MODALITY AND THEMES

ABSTRACT

This paper presents the preliminary results of a doctoral research about sexuality and gender issues (SG) in a school environment. The research aims to find out how Brazilian and Portuguese teachers, who work with children from 6 to 10 years old, understand the work with gender and sexuality issues in the school environment and if they recognize themselves as legitimate professionals to deal with these themes with the children. Following a research-action methodology, in the diagnosis step a questionnaire was applied to teachers of 1st Cycle of Basic Education (CEB) in Portugal. The previously validated questionnaire was applied online. The data obtained were analyzed using the SPSS program. The sample consisted of 119 teachers, 111 women and 8 men, with an average age of 48.76 years and 23.85 years of service. Most were married, graduated, and never did continuous/specific training in SG. The results show the frequencies for the variables legitimacy/preparation, modality, effects, and themes of Education for Sexuality (ES). Most participants consider themselves legitimate and prepared to address SG issues and agree that ES should be transversal, contribute to the reduction of stereotypes, violence, and social inequalities. The themes they most agree with are those related to the body (development, differences, hygiene/safety, and respect) and also appreciation and respect for diversity. It is concluded that although they do not have specific training in ES, the majority of Portuguese 1st CEB teachers feel prepared and with legitimacy to approach ES and SG issues at school.

Keywords: Sexuality; gender; 1st Cycle of Basic Education; teachers.

ACEITO EM: 16/12/2021

¹ Autora correspondente: Centro de Investigação em Estudos da Criança – Universidade do Minho – Braga/Portugal e Universidade Federal do ABC. Santo André/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4460271517261024>. <https://orcid.org/0000-0002-6998-4672>. rah.rafaela@gmail.com

² Centro de Investigação em Estudos da Criança – Universidade do Minho – Braga, Portugal. <https://orcid.org/0000-0002-3786-6559>. zeliarf@ie.uminho.pt

³ Universidade Federal do ABC. Santo André/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5198640781482924>. <https://orcid.org/0000-0002-0210-3818>. meiri.miranda@ufabc.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais de uma investigação no âmbito de doutoramento em Estudos da Criança sobre sexualidade e gênero em meio escolar. A investigação está decorrendo em dois países e tem como objetivo analisar se os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no Brasil, e os professores de Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1º CEB), em Portugal, se reconhecem como profissionais legitimados a tratar sobre sexualidade e gênero no âmbito da Educação para a Sexualidade.

Reconhecidamente, a Educação para a Sexualidade⁴ (ES) é destacada internacionalmente como necessária para o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2010), a ES em meio escolar é importante para que se atinja esse público e se efetive o acesso a conhecimento científico de qualidade para a vivência da sexualidade de maneira segura e satisfatória. Nesse sentido, além da família, a escola torna-se um local importante para o desenvolvimento das temáticas relacionadas, como sexualidade e gênero.

Estão presentes no debate público mundial, entretanto, discursos que reafirmam que a ES deve ser papel apenas da família e que a escola não deve ser espaço para abordar essas temáticas. Observa-se, então, a crescente limitação do direito ao acesso ao conhecimento científico de qualidade, limitação essa que impactou, por exemplo, as discussões no Brasil acerca do Plano Nacional da Educação (PNE), da Base Nacional Comum Curricular e dos Planos Municipais de Educação, resultando na supressão das palavras gênero, diversidade sexual e orientação sexual dos documentos (JUNQUEIRA, 2018; MONTEIRO; RIBEIRO, 2020).

Esses discursos também estão presentes no debate público em Portugal, país em que a Educação para a Sexualidade em meio escolar está prevista na forma de lei desde 1984 (ANASTÁCIO, 2017). Acompanhamos as recentes polêmicas envolvendo os pais de dois alunos do ensino básico que não autorizaram a frequência dos filhos às aulas de Cidadania e Desenvolvimento (obrigatórias no 2º e 3º CEB), que trata de temáticas relacionadas a direitos humanos, igualdade de gênero, sexualidade, entre outros. Além de ir à justiça, o caso repercutiu nos meios de comunicação e gerou um manifesto chamado “Em defesa das liberdades da educação”. Esse manifesto defende como direito os pais interferirem diretamente na educação escolar dos filhos, privando-os de determinados conhecimentos e informações (MARQUES, 2020).

O trabalho com as temáticas de sexualidade e gênero na escola no âmbito da ES pode possibilitar a discussão sobre assuntos que estão relacionados a diferentes opressões naturalizadas, como a discriminação e a desigualdade de gênero, práticas pedagó-

⁴ Neste texto deu-se prioridade à expressão Educação para a sexualidade retomando as discussões que Constantina Xavier Filha (2017) realiza acerca do termo a ser utilizado para nos referirmos ao processo de educação que acontece em meio escolar em relação às questões de gênero e sexualidade. Para a autora, Educação para a sexualidade é uma “prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades.” (p. 30).

gicas sexistas, preconceitos e toda forma de violência às mulheres e às pessoas LGBTI. Dessa forma, a ES, numa abordagem emancipatória (FURLANI, 2016), pode abrir caminhos para uma reflexão crítica acerca dessas temáticas.

A discussão e a abordagem dessas temáticas estão precedidas pela concepção de que a sexualidade não está relacionada apenas à dimensão biológica do ser humano. Com isso, não se pretende negar a biologia e as questões fisiológicas do corpo, mas, sim, levantar uma discussão sobre as dimensões culturais, sociais e históricas que estão envolvidas no processo de entendimento da sexualidade e do gênero.

Ao longo da história da humanidade a sexualidade foi entendida de diferentes formas, agregando várias dimensões nas suas concepções, e passou por diversas transformações. Em cada lugar, em cada cultura, em tempos e espaços históricos distintos, a sexualidade foi compreendida de determinada maneira, passando até pela institucionalização do seu conhecimento e sendo entendida como um dispositivo histórico de poder, como analisa Michael Foucault no seu livro História da Sexualidade (2019).

As concepções de sexualidade dependem de múltiplos fatores e diferentes dimensões: sociais, biológicas, culturais e até mesmo psicológicas. Variadas áreas do conhecimento abordam o estudo da sexualidade, a qual deixou de ser um campo de estudo específica da área da saúde e das ciências biológicas, agregando dimensões das ciências humanas e sociais. Em 2006 a OMS apresentou uma concepção mais abrangente de sexualidade:

Sexuality is a central aspect of being human throughout life and encompasses sex, gender identities and roles, sexual orientation, eroticism, pleasure, intimacy and reproduction. Sexuality is experienced and expressed in thoughts, fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviours, practices, roles and relationships. While sexuality can include all of these dimensions, not all of them are always experienced or expressed. Sexuality is influenced by the interaction of biological, psychological, social, economic, political, cultural, ethical, legal, historical, religious and spiritual factors (WHO, 2006, p. 5).

Percebe-se, assim, o caráter histórico, cultural e social que está envolvido na concepção de sexualidade. Como destaca Weeks (2019), a sexualidade está relacionada ao corpo, mas também está relacionada com as ideologias, crenças, comportamentos e imaginações de cada pessoa e da sociedade, pois “a sexualidade é [...] além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política” (WEEKS, 2019, p. 48). Isso afasta-nos de um entendimento essencialista sobre a sexualidade, discurso este que tomou corpo em diferentes instituições durante o século 18 e se intensificou nos seguintes.

Foucault (2019) chama nossa atenção para esses discursos acerca da sexualidade, os quais forjam-se nas instituições da sociedade moderna. Para o autor, não se deve compreender a sexualidade como algo natural, mas, sim, como um dispositivo histórico que se desenvolveu como forma de regulação social dos corpos e dos comportamentos individuais. Isso se deu por meio dos discursos diversos que foram produzidos pela igreja, pela família, pela escola, pelo Estado, pela ciência, etc., o que ele chama de saber-poder. É nesse movimento que se marginalizam certas práticas sexuais e outras se natura-

lizam. Toma-se, então, um discurso higienista e de controle, de “intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão e da regulação do comportamento sexual” (WEEKS, 2019, p. 65).

Desse modo, a sexualidade das mulheres, dos homossexuais, das crianças, os intersexos, os transsexuais e tantas outras formas de ser diferentes da que era considerada “a norma”, esta respeitada por estar relacionada com quem produzia os discursos nessas instituições, são marginalizadas, entendidas por um viés patológico e chamadas de “anormais”.

Isso, entretanto, modifica-se e se transforma ao longo da humanidade. Por exemplo, a homossexualidade e a transexualidade já não são entendidas pela medicina como doenças. A OMS retirou, em 1990, a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e a questão da transexualidade sofre o processo de despatologização mais recentemente, em 2018, sendo classificada agora como “incongruência de gênero” na seção “condições relacionadas à saúde sexual” (SILVA, 2019). Isso se deu, principalmente, pelas lutas sociais empreendidas pelo movimento LGBTI.

O conceito de gênero também tem sua origem a partir de lutas e movimentos sociais. O termo gênero, o qual aparece primeiramente em um contexto de pesquisa psicanalítica (HARAWAY, 2004), será mais difundido no campo dos Estudos Feministas a partir da década de 70 do século 20, passando por diversas transformações em relação à sua concepção.

Em um texto de 1995, Joan Scott expõe que gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (HOLLANDA, 2019, p. 67). A autora rompe com a visão essencialista, inicia o movimento de desconstrução da concepção dicotômica de gênero e conceitualiza-o como uma categoria analítica.

Busca-se, então, a partir da reflexão dos estudos de gênero, analisar como as desigualdades são construídas a partir da significação da construção social sobre o que é feminino e masculino; ou seja, a tentativa de hierarquizar e valorizar os sujeitos a partir das diferenças anatômicas (LOURO, 2014). Nesse sentido, abordar a temática de gênero não se traduz em uma questão individual, mas, sim, em pensar como isso se revela em desigualdades e em hierarquizações, sendo justificadas pelas diferenças anatômicas.

É nas relações sociais de poder que se constrói o gênero, existindo, assim, um aspecto relacional desse conceito. Todos os gêneros são construídos nas relações sociais, isto é, em uma construção histórica e incessante. As transformações e mudanças em relação ao que se entende como comportamentos específicos de cada gênero podem acontecer ao longo da vida dos sujeitos e da sociedade, das décadas e séculos.

Dessa forma, abordar as temáticas de sexualidade e gênero no âmbito da Educação para a Sexualidade está diretamente ligado à problematização dessas desigualdades, das opressões e das hierarquias pautadas nas diferenças. Concorda-se que este trabalho deve estar presente desde os primeiros anos das crianças nas escolas, de maneira sistemática e oportuna ao desenvolvimento.

Assim, na investigação de doutoramento busca-se a compreensão de como os docentes, que atuam com crianças de seis até dez anos, compreendem o trabalho com as temáticas de sexualidade e gênero no meio escolar, especificamente no âmbito de ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do Brasil, e do 1º Ciclo do Ensino Básico, de Portugal. Além disso, busca-se analisar se os docentes se reconhecem como profissionais legitimados a tratar dessas temáticas com as crianças.

METODOLOGIA

Nesta investigação optou-se por uma metodologia de investigação-ação pelo caráter prático que o projeto assume, o qual está acompanhado pela intenção de transformação da realidade pesquisada. Segundo Coutinho *et al.* (2009, p. 360), essa metodologia “pode ser descrita como uma família de metodologias de investigação que incluem acção (ou mudança) e investigação (ou compreensão) ao mesmo tempo, utilizando um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre acção e reflexão crítica.” Ou seja, é um tipo de metodologia que está diretamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem, pois, a partir desse processo cíclico ou em espiral, o pesquisador, assim como um professor, planeja a prática, reflete sobre ela e volta a planejar a prática seguinte, e assim por diante.

Acredita-se que esse tipo de metodologia traz muitas possibilidades no sentido de intervenção na realidade, pois é uma metodologia essencialmente prática e aplicada, que está ligada à necessidade de resolver problemas concretos. Por conta disso, o pesquisador está envolvido por uma relação dialética no processo de investigação, pois, além de transformar a realidade a partir da crítica, também é transformado nesse processo a partir da reflexão e da autocrítica necessárias.

Dadas as diferentes fases da investigação-ação, desde o diagnóstico até a avaliação, aplicar-se-ão diferentes técnicas e instrumentos de recolha de dados, assumindo-se ser de caráter predominantemente qualitativo, embora também se proceda a algumas técnicas quantitativas. Dessa forma, dividiu-se a pesquisa em três partes: diagnóstico, ação e avaliação:

Fase de diagnóstico: foi realizada a aplicação de um questionário para professores de 1º Ciclo do Ensino Básico em Portugal e de Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, com o objetivo de conhecer as suas concepções de sexualidade e de gênero, suas considerações acerca da sua preparação e legitimidade para o trabalho dessa temática com as crianças, bem como a modalidade, os temas e os efeitos esperados da Educação para a Sexualidade nesse grau de ensino.

Fase de ação: a partir das respostas dos docentes do Brasil ao questionário, os quais indicaram o interesse em participar de sessões formativas, foram realizadas quatro sessões formativas *on-line* (via plataforma Google Meet) com as seguintes temáticas: 1) Concepções de Sexualidade e gênero; 2) Educação para a Sexualidade no Brasil e em outros países; 3) Questões de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e 4) Educação para a Sexualidade e a prática pedagógica do professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essas sessões tiveram como objetivo introduzir a

discussão sobre as temáticas de sexualidade e de gênero em meio escolar no âmbito da Educação para a Sexualidade, e refletir sobre a sua (possível) prática pedagógica e sobre a legitimação do professor desse grau de ensino no trabalho dessas temáticas.

Fase de avaliação: ao findar as sessões formativas realizou-se um *focus group* (também *on-line*) com os professores participantes, com o objetivo de avaliar o processo formativo e refletir sobre o que foi discutido durante as sessões.

A análise dos questionários será quantitativa e qualitativa, dado haver questões fechadas e abertas e porque tanto a componente quantitativa é sujeita a uma análise interpretativa quanto as categorias de respostas abertas serão alvo de quantificação. Já as sessões formativas e o encontro de grupo focal serão gravados e transcritos com as devidas autorizações dos sujeitos pesquisados, e serão submetidas à análise temática.

Dessa forma, participaram da investigação docentes de Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Brasil e de 1º CEB de Portugal, os quais estão atuando em 2020 em sala de aula com as crianças, caracterizando-se, assim, como uma amostra de conveniência, a qual depende da disponibilidade dos indivíduos para participação tanto no questionário quanto nas sessões formativas. Assim, destaca-se que os dados obtidos não são generalizáveis.

O questionário foi construído a partir da revisão da literatura sobre a temática, com as devidas adaptações linguísticas para cada país. Após isso, buscou-se realizar um estudo-piloto com professores (tanto brasileiros quanto portugueses) e verificar a confiabilidade das questões do tipo escala Likert por meio do teste alfa de Cronbach, com a utilização do *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS). A partir das dúvidas apontadas pelos professores respondentes e da avaliação das respostas no estudo-piloto, realizou-se pequenos ajustes gramaticais e ortográficos e também a inclusão de uma questão com vistas a alcançar o objetivo da investigação. Assim, partiu-se para a aplicação com a amostra definitiva de abril até agosto de 2020.

A aplicação do questionário, tanto o piloto quanto o definitivo, ocorreu de maneira *on-line* por meio da plataforma do Google Formulário. Para alcançar os sujeitos da amostra recolheram-se endereços de *e-mail* dos vários centros de formação e de alguns agrupamentos de escolas de Portugal, assim como foi feita a divulgação em grupos desse público no Facebook e envio a professores conhecidos.

Em relação aos procedimentos éticos, elaborou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tanto para os questionários *on-line* quanto para as sessões formativas e o *focus group* realizados também *on-line* por conta da pandemia de Covid-19. Dessa forma, o projeto de investigação foi submetido aos comitês de ética tanto da Universidade do Minho quanto da Universidade Federal do ABC, tendo pareceres positivos acerca da componente ética do projeto.

Em seguida serão apresentadas as análises e interpretações dos resultados preliminares do questionário para professores portugueses realizada por meio de estatística descritiva, apresentando-se a caracterização da amostra e as frequências para as variáveis legitimidade/preparação, modalidade, efeitos e temas de ES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Busca-se, seguidamente, apresentar os resultados das análises preliminares das respostas dos professores de 1º CEB de Portugal ao questionário *on-line*, mais especificamente na análise e interpretação das frequências relativa às variáveis legitimidade/preparação, modalidade, efeitos e temas de ES. Além disso, no decorrer da apresentação dos resultados serão realizadas discussão e interpretação à luz da literatura.

Até ao momento obtiveram-se 143 respostas de professores portugueses. A partir do critério de seleção da amostra, contou-se, então, com 119 respondentes, sendo 93,3% da amostra composta por mulheres (n=111) e apenas 6,7% composta por homens (n=8).

A média de idade dos sujeitos da amostra é de 48,82 anos, sendo uma faixa etária de 25 a 65 anos. Em relação ao estado civil, 64,2% (n=109) indicaram que são casados, seguido de 17,4% declarando-se divorciados ou separados. Foram levantadas, também, informações sobre a rede de ensino em que atuam, sendo maioritariamente (99,2%) da rede pública e com média de tempo de serviço de 23,87 anos.

Percebe-se em Portugal, assim como no Brasil, a predominância de profissionais do gênero feminino na educação básica. Segundo dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA, 2020), a porcentagem de docentes mulheres em exercício no 1º CEB, em 2019, foi de 86,9%. Esse é um processo histórico e cultural presente nos dois países que nos remete à época da Colonização e está ligado não só a presença majoritária de mulheres na profissão docente, mas também aos discursos, expectativas e atitudes que indicam a associação ao que se espera socialmente de uma mulher, ou seja, o que Vianna (2013) chama de feminização do magistério.

Em seu estudo, Rabelo (2019) apresenta-nos como se deu esse processo e a intrínseca relação entre os estereótipos de gênero presentes na sociedade portuguesa, que encontrou eco no Brasil mesmo após a Independência. O autor demonstra que a feminização da profissão docente, principalmente nos níveis básicos nos dois países, ocorre até os dias atuais, sem deixar de fora as especificidades históricas de cada país.

Além disso, o autor destaca a existência de um discurso que vai de encontro à escolha masculina pela docência, principalmente no Brasil, e que, em termos de acesso a oportunidades na educação, em Portugal pode haver uma igualdade numérica, mas as práticas educativas ainda são marcadamente sexistas. Dessa forma, encontramos bastante similaridade, nesse sentido, entre os dois países, as quais perduram até os dias atuais.

Enquanto profissionais de 1º CEB, 95,8% dos professores e professoras consideram que é papel da escola abordar temas relacionados à sexualidade e às questões de gênero. Em relação ao apoio da escola para abordar as temáticas de sexualidade e gênero, 77,3% dos professores e professoras concordaram totalmente, ou em parte, que possuem esse apoio.

Quando, entretanto, se questionou se os professores e professoras entendem que a legislação nacional sobre ES assegura a sua legitimidade para tratar dessas temáticas, obteve-se uma porcentagem de 71,4%, sendo a maior frequência de respostas a Concordo em parte (n=57), seguida de Concordo Totalmente (n=28).

Pode-se observar que existe um consenso entre os profissionais que os temas da ES devem ser trabalhados nas escolas, mas, apesar disso, essa porcentagem diminui quando se trata do apoio da escola e da sua legitimidade para debater esses assuntos. Isso pode estar relacionado com o não conhecimento do conteúdo da lei, como Branco (2017) aponta em seu estudo, no qual 50% dos investigados (n=136 professores, sendo 75 desses professores de 1ºCEB) responderam saber da existência da legislação, mas nunca a leram. Dessa forma, seriam necessárias mais análises e estudos para entender se esses profissionais que responderam concordar total ou em parte sobre a garantia de legitimidade dada pela legislação, conhecem a lei e seu conteúdo e, conseqüentemente, como deve acontecer o trabalho de ES em meio escolar no 1º CEB.

Em relação à formação inicial dos professores, existe a predominância de licenciadas (78,2%), seguido de 14,3% com formação em âmbito de Mestrado. Já em relação à formação contínua, 52 professores (43,7%) responderam que já realizaram uma formação que incluísse a temática da Educação para a Sexualidade. Desses, 44 indicaram que foram abordados conteúdos sobre gênero nessa formação (mais da metade realizada entre os anos de 2010-2020). Já em relação à formação específica sobre questões de gênero, a maioria dos professores e professoras (85,7%) relatou que não participou de nenhuma ação desse tipo.

Pode-se pensar que a abordagem da temática de gênero na formação em ES em Portugal coincide com a crescente preocupação internacional de órgãos, como a OMS e a Unesco, com os aspectos de equidade de gênero, além da própria concepção de sexualidade que passa a considerar outras dimensões, como as sociais e as culturais, não só as biológicas (WHO, 2006, 2010, 2017; Unesco, 2009, 2018). Esses documentos são indicados por diversos pesquisadores portugueses como base para referenciar o trabalho em ES no 1º CEB, além de embasarem o Referencial de Educação para a Saúde, lançado pelo Ministério da Educação e a Direção-Geral da Saúde em 2017.

Anastácio (2018), ao realizar uma comparação entre dois estudos feitos com professores de 1º CEB, antes e depois da publicação da Lei nº 6/2009, considera que a formação de professores específica em ES ainda não teve uma evolução, e destaca que a formação é essencial para que se alcance sucesso na efetivação da ES em meio escolar. Na sua comparação, em que os estudos tinham aproximadamente sete anos de diferença entre as coletas, a porcentagem de professores que tinham formação específica em ES foi de 11,9% em 2007 para 36,3% em 2014. Nesse sentido, nessa investigação também se encontra uma porcentagem ainda baixa de professores com formação específica, não chegando à metade da amostra, corroborando a conclusão da autora de que as formações empreendidas pelo Ministério da Educação, a partir de 2009, ainda não atingiram a maior parte dos profissionais.

Quando se questionou sobre a segurança e a preparação dos professores para trabalhar essas temáticas (n=119), 84,9% dos respondentes responderam que possuem segurança para abordar pedagogicamente os conteúdos, 69,7% dos professores afirmaram que possuem preparação a nível dos conteúdos adequados para o 1ºCEB e 65,5% relataram possuir preparação na esfera dos conhecimentos científicos em relação às temáticas investigadas.

Percebe-se, assim, que, apesar de os dados mostrarem que menos da metade da amostra realizou formação específica sobre ES, a mesma apresenta mais da metade dos professores que se consideram seguros e preparados para trabalharem essas temáticas com crianças de 1º CEB. Ficam os questionamentos nesse momento da análise dos dados, e, talvez, como limitação do estudo, os motivos dessa contradição.

Em relação à modalidade, de acordo com a Lei nº60/2009, a ES pode acontecer em diferentes modalidades. Além de destacar que no ensino básico a integração da ES acontece no âmbito da Educação para a Saúde em áreas curriculares não disciplinares – Formação Cívica e Área de Projeto –, também cita a possibilidade de ser abordada de forma transversal nas outras disciplinas. O que observamos, a partir das respostas das professoras e professores, é que a maioria (92,4%) concorda, total ou parcialmente, que a ES deve ser um tema/conteúdo transversal da escola de 1º CEB. Já em relação à ES ser uma área curricular, temos 66,4% de concordância.

Anastácio (2018) destaca que com o caráter da transversalidade na ES todos os professores e professoras podem intervir com as crianças, não só aquele ou aquela responsável pela educação para a saúde e a educação sexual. Além disso, sugere que o trabalho em ES com diferentes professores e professoras deva ser pensado em conjunto no início do ano letivo. Destaca, entretanto, que o projeto não pode ser imposto a todas as disciplinas e áreas curriculares, ou seja, deve-se respeitar a autonomia dos professores e professoras em realizar ou não a abordagem da temática.

Quanto aos efeitos da Educação para a Sexualidade em meio escolar, observa-se que os professores e professoras respondentes concordam que ela pode ajudar na minimização de estereótipos e de diversos tipos de violência relacionadas ao gênero e à sexualidade (>90%), além de considerarem importante para a diminuição de desigualdades sociais relacionadas com o gênero (96,6%).

Já em relação aos temas que os professores e professoras acreditam ser mais adequados para o trabalho no 1º CEB, esses são mais relacionados às questões corporais e em respeito à diversidade: desenvolvimento corporal ao longo do ciclo da vida (99,2%); diferenças corporais entre os sexos (99,2%); cuidado de higiene e segurança com o corpo (99,2%); valorização e respeito em relação ao próprio corpo e ao corpo do outro (99,2%); e valorização e respeito pela diversidade (95%). As temáticas relacionadas à atividade sexual, como gravidez, infecções sexualmente transmissíveis, Sida, etc., tiveram menor percentagem em relação à sua adequação ao nível de 1º CEB (63,0%), seguido da temática Orientação Sexual (65,5%). Para as temáticas mais relacionadas à sexualidade e gênero, obteve-se os seguintes resultados de percentagem acumulativa para concordância total e parcial: identidade de gênero com 85,7%; *bullying* contra a orientação sexual e a identidade de gênero com 85,7%; discriminação e violência, física e psicológica, contra diversidade 90,8%; orientação preventiva sobre a violência sexual de crianças 90,8%; reprodução humana e planeamento familiar 70,6%; estereótipos de gênero 83,2%; e discriminação e (des)igualdade de gênero 89,9%.

No Referencial de Educação para a Saúde (CARVALHO *et al.*, 2017), a questão da orientação sexual está presente no subtema “Identidade e Gênero” no seguinte objetivo: desenvolver a consciência de ser uma pessoa única no que respeita à sexualidade,

à identidade, à expressão de gênero e à orientação sexual. Especificamente no 1º CEB espera-se que a criança compreenda e respeite a diversidade na sexualidade e na orientação sexual, especificamente.

Dessa forma, torna-se necessário pensar a questão da diversidade sexual, pois faz parte da realidade social e ainda é um tema voltado a tabus e silenciamentos. Quando se fala em diversidade de maneira ampla, temos diferentes temas a tratar, como diversidade étnica, racial, cultural, a questão das pessoas com deficiência, entre outros. Nesse sentido, o tema da orientação sexual pode não ser entendido como parte dessa diversidade.

Sabe-se que existe um alto índice de violência, preconceito e discriminação contra as pessoas com sexualidade diferente da norma heterossexual naturalizada, por uma tendência histórica e cultural de entendimento da homossexualidade como doença (FOUCAULT, 2019; FURLANI, 2016). Esse entendimento continua enraizado na sociedade ocidental. O trabalho, na escola, sobre essas questões no âmbito da ES, deve buscar a desconstrução desses entendimentos para superação dessas desigualdades e das opressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordou-se, neste trabalho, os resultados parciais obtidos da coleta de dados na fase de diagnóstico, com aplicação de questionário *on-line* para professores e professoras de 1º CEB em Portugal. Dessa forma, apresentaram-se as frequências para as variáveis legitimidade/preparação, modalidade, efeitos e temas de Educação para a Sexualidade.

O que se observa nos dados é que, apesar de os professores e professoras de 1º CEB não possuírem formação específica em ES, a maioria sente-se legitimada e preparada pedagogicamente para abordar as temáticas de sexualidade e gênero com as crianças. Também destacaram conhecer os conteúdos adequados para esse grau de ensino e têm conhecimento científico sobre as temáticas.

Não se pode deixar de destacar, entretanto, que um terço da amostra dos professores e professoras mostrou que discorda em parte ou totalmente dessa preparação em âmbito dos conteúdos adequados e dos conhecimentos científicos em relação às temáticas investigadas e também em relação à questão da legitimidade do trabalho.

Considerando o processo histórico de Portugal no estabelecimento de legislação obrigatória para o trabalho da ES no meio escolar desde 1984, e com seguidas publicações de regulamentações nas últimas décadas, torna-se importante entender quais fatores podem levar os professores e professoras a se sentirem legitimados nesse trabalho. A análise do processo histórico de constituição da legalidade da ES em meio escolar, fazendo um paralelo com os aspectos culturais e sociais da sociedade portuguesa, pode ser um caminho para se entender esse processo.

É sabido que a ES em Portugal é atravessada por diferentes polêmicas e controvérsias no contexto do debate público, e isso tende a se intensificar a cada publicação de normativas sobre a ES em meio escolar (ANASTÁCIO, 2018; RESENDE; BEIRANTE, 2018).

Essa discussão envolve diferentes atores e grupos sociais, o que pode complexificar o entendimento dos professores e professoras acerca da sua legitimidade enquanto profissionais para abordarem essas temáticas com as crianças.

Dessa forma, concorda-se com Anastácio (2018), ao indicar a necessidade de ampliação da formação dos professores, tanto inicial quanto contínua em ES, para possibilitar a reflexão dos/das profissionais em relação à importância da ES para a formação integral das crianças, e, nesse processo de reflexão, muni-los de conhecimento e de argumentação acerca da necessidade dessa temática em meio escolar.

A educação, e conseqüentemente a escola, por se configurar como uma instituição social envolvida nesse processo, deve ser entendida de uma maneira ampla, não apenas circunscrita à aprendizagem de conteúdos específicos, como matemática, língua portuguesa e ciências. Dessa forma, como Ribeiro (2020, p. 21) indica, “a escola precisa conhecer a escola”. Ou seja, os profissionais envolvidos no trabalho da escola, nomeadamente aqui nessa investigação os professores e professoras, não podem ignorar a realidade concreta e como as temáticas de sexualidade e de gênero estão envolvidas no cotidiano escolar em âmbito de relações sociais, mas também no plano dos conteúdos.

Apesar de observar a compreensão dos professores em relação à importância do trabalho transversal da ES e desse trabalho poder contribuir para a luta contra diversas opressões sociais, observa-se, ainda, uma tendência a não tratar de temas mais sensíveis e que podem estar diretamente ligados a valores e crenças pessoais.

Entender que a ES de qualidade perpassa em tratar de temas tabus, mas com qualidade e informação científica, é importante para a ampliação dessa abordagem, pensando a sexualidade e o gênero em suas diferentes dimensões. O trabalho dessas questões no meio escolar, portanto, configura-se como importante para a problematização das naturalizações e dos processos normativos presente na escola e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANASTÁCIO, Zélia F. C. O papel do professor de ciências naturais na educação para a sexualidade. In: MARGALHÃES JUNIOR, Carlos A. de O.; CORAZZA, Maria J.; LORENCINI JÚNIOR, Álvaro (org.). *Formação de professores de ciências: perspectivas e desafios*. Maringá: Eduem, 2017.
- ANASTÁCIO, Zélia F. C. Os professores e a educação sexual no ensino básico: necessidades de formação e sua importância na evolução conceptual. In: FREITAS, D. et al. (org.). *Projeto Web Educação Sexual: a educação no espaço escolar*. Florianópolis: Udesc, 2018. p. 93-108.
- BRANCO, Daniela A. L. *Educação sexual no 1º e 2º CEB: constrangimentos e práticas de professores*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico) – Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.
- CARVALHO, Álvaro et al. *Referencial de educação para a saúde*. Lisboa: Ministério da Educação; Direção Geral da Educação; Direção-Geral da Saúde, 2017.
- COUTINHO, Clara P. et al. Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativa. *Psicologia, Educação e Cultura*, Porto, v. 13, n. 2, p. 455-479, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 8. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 22, p. 201-246, 2004.
- HOLLANDA, Heloísa B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.
- LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MARQUES, Nelson. A polémica à volta da cidadania e desenvolvimento. *Expresso*, Portugal, 5 set. 2020. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-09-05-A-polemica-a-volta-da-Cidadania-e-Desenvolvimento>. Acesso em: 20 set. 2020.
- MONTEIRO, Solange A. de S.; RIBEIRO, Paulo R. M. Sexualidade e gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. *Pesquisa e Ensino*, Barreiras, BA, v. 1, e202011, p. 1-24, 1º maio 2020.
- PORDATA. Base de Dados de Portugal. *Docentes do sexo feminino em % dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino*. Ensino Básico 1º Ciclo. Portugal: DGEEC/ME-MCTES; Pordata, 2020.
- RABELO, Amanda O. O acesso e a ocupação do espaço docente pela mulher no “ensino primário” no Brasil e em Portugal. *Revista Internacional de Formação de Professores*, Itapetininga, v. 4, n. 2, p. 11-75, abr./jun. 2019.
- RESENDE, José M.; BEIRANTE, David. Educar a sexualidade a várias temperaturas na escola portuguesa. *Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 391-412, abr./jun. 2018.
- RIBEIRO, Marcos. *Educação em sexualidade: conteúdos, metodologias e entraves*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.
- SILVA, Danillo da C. P. (Meta)pragmática da violência linguística: patologização das vidas trans em comentários on-line. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 2, p. 956-985, 7 ago. 2019.
- UNESCO. *International technical guidance on sexuality education: an evidence informed approach for schools, teachers and health educators*. Paris: Unesco, 2009.
- UNESCO. *International technical guidance on sexuality education: an evidence informed approach for schools, teachers and health educators*. 2. ed. Paris: Unesco, 2018.
- VIANNA, Cláudia P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 43-104.
- WHO. World Health Organization. *Defining sexual health*. Geneva: World Health Organization, 2006.
- WHO. World Health Organization. Regional Office for Europe and BZg. *Standards for sexuality education in Europe: a framework for policy makers, educational and health authorities and specialists*. Cologne: Federal Centre for Health Education, BZgA, 2010.
- WHO. World Health Organization. WHO Regional Office for Europe and BZgA. *Training matters: A framework for core competencies of sexuality educators*. Cologne: BZgA, 2017.
- XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, RS, v. 5, n. 2, p. 16-39, jul./dez. 2017.